

O senador e candidato à Presidência da República, Flávio Bolsonaro, lamenta profundamente o crescimento vertiginoso de feminicídios que o Brasil enfrenta. O país registrou um recorde sob o governo do PT com 1.571 mulheres assassinadas em 2025. Em 2026, o cenário permanece alarmante: até junho, mais de 730 mulheres foram vítimas de feminicídio, o equivalente à média de quatro assassinatos por dia, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São números que evidenciam graves falhas nas políticas públicas destinadas à proteção das mulheres.

A proteção às vítimas de violência, o combate aos crimes sexuais, a promoção da saúde feminina e o fortalecimento do planejamento familiar sempre estiveram entre as principais bandeiras defendidas por Flávio Bolsonaro, desde sua atuação como deputado estadual até o exercício do mandato no Senado Federal. Como costuma afirmar, trata-se de "uma pauta da direita".

Na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, foi autor da lei que garantiu a realização gratuita de laqueadura e vasectomia nas unidades de saúde vinculadas ao Estado. Também criou e presidiu uma comissão especial sobre planejamento familiar e apresentou a lei que instituiu o Ano do Planejamento Familiar, ampliando o acesso à informação e incentivando decisões conscientes das famílias sobre saúde reprodutiva. Ainda na Alerj, teve aprovado projeto que reduziu para 25 anos o tempo de serviço necessário para que bombeiras e policiais militares femininas passassem à reserva remunerada.

No Senado Federal, apresentou projeto que autoriza a autoridade policial a conceder imediatamente medidas protetivas de urgência às mulheres vítimas de violência doméstica, sujeitas posteriormente à revisão do Poder Judiciário e do Ministério Público. A proposta busca impedir que a demora burocrática deixe a vítima exposta ao agressor.

Também é autor do projeto que cria a Política Nacional de Unidades de Pronto Atendimento à Mulher (UPAMs) no Sistema Único de Saúde. As unidades deverão oferecer atendimento especializado e humanizado, incluindo assistência ginecológica, exames preventivos e apoio psicológico. Como relator, contribuiu para o avanço do projeto que inclui o monitoramento eletrônico do agressor entre as medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha. Também relatou a proposta que aumenta as penas para crimes sexuais praticados por profissionais de saúde contra pacientes.

Sua atuação também alcança a proteção de crianças e adolescentes. Entre suas propostas estão o aumento das penas para crimes de exploração sexual e pornografia infantil praticados pela internet, o endurecimento da punição para reincidentes condenados por estupro de menores de 14 anos e o agravamento das penas para crimes cometidos na presença de crianças e adolescentes — circunstância frequente em casos de violência doméstica.

Flávio Bolsonaro não é colecionador de discursos. Como pai de duas meninas, tem como compromisso transformar propostas em soluções concretas para problemas reais enfrentados por milhões de brasileiras.

Lançado por Flávio há poucos dias, o plano de governo "Para o Brasil Vencer o Atraso" traz um conjunto de políticas para as mulheres no eixo Brasil por Elas, uma rede nacional de

proteção e apoio à emancipação financeira das mulheres, integrando segurança, saúde, educação, emprego, crédito, habitação e cuidado.

A principal porta de entrada será a Central da Mulher, com acolhimento, orientação jurídica e psicológica, saúde preventiva, capacitação, vagas de emprego, crédito, renegociação de dívidas, orientação para abertura de negócios e acesso a benefícios.

Esse mesmo atendimento também estará disponível na palma da mão pelo aplicativo Central da Mulher, com a assistente virtual ClarIA, além de unidades itinerantes adaptadas para atender todos os cantos do País. Pelo chat da ClarIA será possível registrar ocorrência, pedir medida protetiva e receber orientação e acolhimento. O Ligue 180, delegacias online, botões de emergência e centrais de monitoramento serão integrados e agressores sob medidas protetivas serão monitorados eletronicamente.

O acesso à internet será garantido com um pacote de dados e a Escola Brasil por Elas, integrada ao Sistema S, oferecerá cursos gratuitos em inteligência artificial, programação, marketing digital, finanças e idiomas, conectados a vagas de emprego e oportunidades de empreendedorismo. O programa Mais Trabalho para Elas reunirá qualificação, intermediação de mão de obra, abertura simplificada de empresas e um banco nacional de vagas. Já o Ganha, Ganha permitirá construir um histórico positivo a partir de ações como concluir cursos, manter os filhos na escola, realizar exames preventivos, dentre outros pontos, facilitando o acesso a crédito, juros menores e descontos.

O plano prevê ainda ampliar creches em período integral, com voucher onde não houver vaga pública; o programa Saúde para Elas, com exames preventivos, telemedicina, prontuário integrado e unidades móveis; além da ampliação de espaços de acolhimento para vítimas de violência.

Para combater a violência contra as mulheres com efetividade, o plano também propõe que agressores de mulheres sob medidas protetivas serão monitorados por tornozeleiras eletrônicas. Estupradores e abusadores de condenados pela Justiça poderão ser punidos com castração química, após aprovação de lei no Congresso.

Feminicídio, estupro, abuso infantil e crimes hediondos terão as penas agravadas, sem o benefício da progressão de regime, e os recursos hoje dados às famílias de detentos serão redirecionados às famílias das vítimas. O conjunto de propostas incluem ainda a integração do Ligue 180, das delegacias virtuais, dos botões de emergência e das centrais de monitoramento.